

Apresentação – Revista de Direito Constitucional Econômico 2023.1

É com grande satisfação que apresentamos a edição 2023.1 da Revista de Direito Constitucional Econômico. Esta publicação reafirma o compromisso do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA com a promoção de pesquisas que examinam, com profundidade e rigor crítico, os temas centrais do Direito Constitucional Econômico contemporâneo — especialmente aqueles relacionados à uniformização jurisprudencial, aos sistemas de precedentes, à análise econômica do direito e às dinâmicas estruturais da ordem econômica constitucional brasileira.

Arlete Natália dos Santos, em artigo intitulado “Os impactos econômicos na ascensão dos precedentes no direito processual civil brasileiro”, analisa como a consolidação do sistema de precedentes favorece a segurança jurídica e a previsibilidade das relações econômicas, destacando o papel dos arts. 926 e 927 do CPC na uniformização jurisprudencial e seus efeitos sobre a redução de incertezas e custos de transação no ambiente judicial e econômico.

Grayce Helenn Martins Brito e Marcyus Rocha Duarte, em “A importância do incremento da análise econômica do direito no arbitramento do dano extrapatrimonial”, investigam a ausência de critérios uniformes para a fixação de danos morais e como a Análise Econômica do Direito pode contribuir para maior racionalidade, proporcionalidade e coerência na jurisprudência, especialmente em casos envolvendo serviços de telefonia não contratados.

Pedro Carneiro Filho, em “A política econômica na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”, examina a estrutura constitucional da ordem econômica e o tratamento jurídico conferido às micro e pequenas empresas, analisando as políticas públicas, os incentivos legais e os desafios enfrentados por esses agentes econômicos nas compras públicas, com ênfase no cenário do Tribunal de Justiça de Goiás.

Telma Cristina Martins de Oliveira, em “Transcendência dos motivos determinantes e o sistema de precedentes”, discute a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a eficácia vinculante das decisões em controle abstrato, explorando a teoria da transcendência dos motivos determinantes e suas implicações para a estabilidade, coerência e segurança jurídica no sistema constitucional brasileiro.

Os artigos que compõem esta edição revelam a diversidade e a relevância dos debates que permeiam o Direito Constitucional Econômico na atualidade, demonstrando como a pesquisa acadêmica qualificada contribui para o aprimoramento das instituições, da jurisprudência e das políticas públicas. O Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA reafirma, desse modo, seu compromisso com a produção científica consistente e com a ampliação do diálogo crítico sobre os desafios jurídicos e econômicos do país.

Convidamos todos a uma leitura atenta e proveitosa, repleta de reflexões rigorosas e inspiradoras, capazes de estimular novas perspectivas e fortalecer o compromisso coletivo com uma sociedade mais justa, eficiente e promotora dos direitos fundamentais.

André de Carvalho Ramos

Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa Educação)

Editor da Revista de Direito Econômico

Marina Faraco

Coordenadora Adjunta do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa Educação)

Editora da Revista de Direito Constitucional Econômico